

Ajuste ainda é esperança

O governo está apostando alto na aprovação, pelo Congresso, do ajuste fiscal que será encaminhado para exame até o final do mês. Sem ele, desaba todo o programa econômico montado para superar a crise. Mas não jogou todas as suas fichas nessa proposta: para atravessar os seis meses que separam o País da entrada em vigor das novas medidas fiscais, a equipe econômica conta, ainda, com alguns resultados da reforma tributária de emergência, aprovada no ano passado; e com medidas de modernização da economia, que o Congresso começa a endossar.

A reforma tributária de emergência começa a apresentar resultados a partir do próximo mês, com a antecipação do Imposto de Renda das pessoas jurídicas, o que melhorará substancialmente o quadro fiscal. A aprovação, pela Câmara, da lei que regulará a concessão dos serviços públicos, aliviará os gastos da União, que anualmente tem de investir US\$ 8 bilhões nesses serviços. O presidente do BNDES, Eduardo Modiano, imagina que a transferência de alguns desses serviços para a iniciativa privada poderá aliviar as despesas do governo nesse setor em pelo menos US\$ 2 bilhões por ano.

Além disso, o programa de privatização começa a apresentar resultados que colaboram no sentido da estabilização econômica. A venda das estatais, até agora, foi responsável por uma redução da dívida externa da ordem de US\$ 4 bilhões, ou 1% do PIB, pelos cálculos do Programa de Desestatização. Isso significa uma redução aproximada de US\$ 400 milhões no pagamento do fluxo de juros. Todas essas medidas somadas, segundo os

técnicos, darão condições ao governo de manter a tendência cadente da inflação.

Na análise da equipe econômica, há outros fatores que permitirão a travessia do próximo semestre sem grandes sobressaltos. Eles lembram que, em agosto, será liberada a última parcela dos cruzados bloqueados e argumentam que, com isso, a política monetária ganhará mais força. "Ou seja, o governo poderá fazer a mesma contenção monetária sem os custos elevados da remuneração dos cruzados retidos", explicou.

Outro ponto positivo, na avaliação de técnicos do Ministério da Economia, é que, apesar da brutal queda de arrecadação verificada no primeiro semestre — especialmente no primeiro quadrimestre — "o governo seguiu firme no seu propósito de conter gastos, o que manteve as contas públicas sob controle".

Na área externa, segundo os especialistas, a situação é bastante confortável. As expectativas são de que um acordo com os credores seja sacramentado até o final do mês e com muitas novidades que não ocorreram nas negociações anteriores. Otimistas, os técnicos do setor acreditam que conseguirão um deságio de 30% a 35% no valor de parte dos títulos da dívida brasileira. As reservas nunca estiveram tão altas (cerca de US\$ 13 bilhões), nem o câmbio tão ajustado. A previsão otimista, entretanto, corre o risco de não se confirmar, já que o descumprimento no primeiro semestre das metas acertadas com o FMI pode inviabilizar o fechamento de um acordo com os credores privados, no curto prazo. (Marizete Mundim)